

ISRAEL E ÁFRICA DO SUL: PERSPECTIVAS PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS EM ESTADOS ÉTNICOS*

Heribert Adam**

Resumo

Israel e África do Sul representam Estados étnicos. Diferentemente de Estados pluralistas, com disposições que garantem a partilha do poder, um grupo monopoliza o Estado como seu refúgio. Do poder político e econômico aos símbolos e costumes do Estado, o controle exclusivo fica nas mãos de um grupo étnico dominante que definiu o Estado multiétnico como seu domínio.

Tanto na África do Sul quanto em Israel, essa hegemonia tem sido de há muito ameaçada pelos cidadãos considerados de segunda classe. Entretanto, o que os palestinos buscam agora é a secessão, enquanto a divisão do território não constitui uma opção na África do Sul. A interdependência econômica e a dependência em relação à mão-de-obra negra limitam a capacidade coercitiva de Pretória. Antes de mais nada, o Estado do *apartheid* é internamente vulnerável. Israel, por outro lado, permanece externamente vulnerável devido à perda de legitimidade em relação à sua diáspora, e à consequente perda do apoio que desta recebe. A relativa auto-suficiência da África do Sul permite-lhe ignorar as pressões externas, mas não a instabilidade interna. Portanto, diferem as respostas dos dois Estados: estratégias de cooptação na África do Sul e de exclusão em Israel. Essas diferenças estruturais em duas "sociedades de colonos" também dão conta das diferentes estratégias adotadas pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e pelo Congresso Nacional Africano (CNA), os quais constituem o foco desta análise.

* Trabalho apresentado no seminário "Novas fronteiras na pesquisa social: relações étnicas, de raça e de minorias", promovido pelo Centre for Race and Ethnic Studies, da International Sociological Association. Amsterdam, 8 a 12 de dezembro de 1988.

** Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Simon Frazier, Canadá.

Israel e África do Sul: perspectivas para a solução de conflitos em Estados étnicos

Os quadros são surpreendentemente similares: apedrejamentos, barricadas nas ruas, represálias do exército, boicotes organizados por consumidores, fechamento de escolas, censura à imprensa, emergências permanentes. A vitô-

ria final dos palestinos, advertem os mais perspicazes simpatizantes de Israel, transformará esse país numa outra África do Sul. O continuado controle sobre a Cisjordânia e sobre Gaza, escreve Shlomo Avineri (*Jerusalem Post*, 16.12.88), "significa a continuada opressão de um milhão e meio de palestinos e a lenta 'sul-africanização' de Israel". Outros acadêmicos (Chazan, 1988) apontam para o óbvio ressentimento transparente em tais analogias: "A maioria dos israelenses mostra uma profunda relutância em concordar com a substância e as ramificações da comparação entre eles próprios e os brancos sul-africanos." No entanto, o diretor da Liga Israelense para os Direitos Humanos e Civis, Israel Shahak (1988), afirma sem rodeios: "As condições [em Israel] são real, teórica e oficialmente piores que na África do Sul." Por outro lado, os brancos sul-africanos gostam de ser comparados com o povo escolhido de Israel, contando com a proteção divina em sua luta contra um inimigo mais numeroso. Isso aponta para a maior legitimidade de Israel enquanto Estado étnico, em comparação com a África do Sul como um Estado racial.

A analogia com o pior Estado-pátria internacional priva Israel de sua legitimidade moral. Um Estado singular – em razão das atrocidades cometidas contra os sobreviventes do holocausto – está em via de perder a sua alma. Estaremos testemunhando a normalização final de Israel, a destruição do mito de que Israel é especial, devido à sensibilidade coletiva das vítimas de uma perseguição secular? Teria Israel se tornado apenas um outro Estado oriental, tão inexorável em seu esforço expansionista e tão indiferente aos direitos das minorias quanto seus adversários árabes?

Quando os patrocinadores internacionais de Israel perdem a fé na singularidade de sua existência, a base financeira dessa mesma existência encontra-se diretamente ameaçada. A África do Sul pode dar-se ao luxo de ignorar o protesto internacional; Israel continua dependente do apoio externo. Somente de fontes norte-americanas, recebe anualmente

US\$ 3 bilhões. A África do Sul é, acima de tudo, internamente vulnerável, enquanto Israel o é externamente.

A freqüente comparação entre Israel e África do Sul degenerou ela mesma numa arma na guerra ideológica, desde que as Nações Unidas declararam que sionismo é igual a racismo. O foco na estreita colaboração econômica entre os dois notórios proscritos obscureceu mais ainda as diferenças estruturais. Isso será explorado nesta análise, particularmente o que se refere à negligenciada área da resistência política e dos progressos da população subordinada. Dissecar as estratégias da OLP e do Congresso Nacional Africano e especular sobre as opções e resultados dos conflitos étnicos em duas sociedades profundamente divididas é testar os limites da análise comparativa. É uma tentativa de aplicar *insights* teóricos provenientes da literatura sobre relações étnicas (van den Berghe, 1981; Rex e Mason, 1986; Horowitz, 1985; Banton, 1983; Lijphart, 1977) a dois casos concretos que constituem provavelmente os maiores desafios morais e políticos à regulação de conflitos no mundo contemporâneo. Esta análise usa a situação israelense como pano de fundo para realçar os acontecimentos na África do Sul, em vez de desenvolver detalhadamente as tendências e opções de Israel, muito mais claras.

Estados étnicos e estratégias de dominação

Há similitudes entre Israel e África do Sul que transcedem o rótulo "sociedades de colonos". Ambos são Estados étnicos. Diferentemente de Estados pluralistas com disposições que garantem a partilha do poder entre os diferentes segmentos (sejam elas verdadeiras ou declaradas), os Estados étnicos definem-se como o domínio de um só grupo. Israel define a si mesmo como um Estado judaico. A África do Sul nega à maioria de seus cidadãos o direito de escolher os membros do governo central. Mas quer os intrusos étnicos tenham o direito de voto, como os 700 mil árabes israelenses,

quer sejam tratados como não-cidadãos, como os 1,6 milhão de palestinos dos territórios ocupados ou os habitantes dos bantustões sul-africanos, o poder político e econômico continua de posse do grupo étnico dominante, que vê o Estado como seu santuário. Do hino nacional, rituais e monumentos, de caráter simbólico, até o gabinete ministerial, os conselhos das empresas e as leis do Estado, tudo reflete os valores de um único grupo. Os demais são tratados como cidadãos de segunda classe, na melhor das hipóteses, ou como competidores ameaçando a hegemonia política, na pior delas.

Sob a Lei do Retorno, qualquer pessoa judia em qualquer parte do mundo está habilitada à cidadania instantânea, tão logo imigre, enquanto muitos palestinos nascidos em Israel ou nos territórios ocupados são exilados permanentes. A diáspora palestina de 2,6 milhões de pessoas nos Estados árabes – como a judaica, de aproximadamente nove milhões – na verdade excede a população na terra natal. Similarmente, apenas "brancos" podem imigrar para a África do Sul e a política do grande *apartheid* procura desnacionalizar como cidadãos dos bantustões o maior número possível dos 73% de negros sul-africanos.

Os Estados étnicos de Israel e da África do Sul não são colônias nem "postos avançados imperiais", embora tenham sido amplamente denunciados como regimes ilegítimos, estrangeiros, baseados na conquista colonial. Não obstante os muitos traços de relações sociais coloniais, falta-lhes a terra natal metropolitana à qual africânderes ou judeus pudessem retornar. A longa história de residência nos territórios em disputa resultou na emergência de grupos nacionais distintos com direitos próprios. Isso já foi há muito reconhecido pela oposição ligada ao Congresso Nacional Africano na África do Sul e em tempos recentes, também oficialmente, pela Organização para a Libertação da Palestina com respeito aos direitos de Israel. No cerne da disputa está que espécie de nação deve ser construída na área sob controle do Estado étnico.

Diferentemente de Israel, que desde 1981 mudou para um controle mais direto dos territórios ocupados em resposta à influência da OLP na administração local semi-autônoma, as proporções populacionais e os limitados recursos da minoria branca levaram a um precoce controle indireto. O estabelecimento dos bantustões fracassou em se livrar dos negros através de uma repartição territorial imposta de cima. Pressionando os negros a serem a sua própria polícia e a administrarem a sua própria pobreza nas *townships* e nos bantustões, contudo, Pretória desviou o ódio de volta à clientela negra. O zelo com que conselheiros municipais corruptos e outros elementos percebidos como "colaboradores" são atacados reflete o ressentimento daqueles que participam de sua própria dominação. Ao mesmo tempo a dominação indireta divide a população em facções dolorosamente opostas, diferentemente dos palestinos da Cisjordânia, que, em comparação, são menos fragmentados ideologicamente.

Quando o Congresso Nacional Africano pediu aos policiais negros para virarem seus revólveres para o outro lado, ninguém ouviu. A polícia sul-africana ainda tem mais candidatos negros do que pode recrutar. Quando a liderança dos revoltosos exigiu que se demisssem os funcionários palestinos a serviço de Israel, a maioria obedeceu de pronto, embora muitos voltassem atrás. Mais de 90% das pessoas politicamente conscientes nos territórios ocupados são consideradas favoráveis à OLP, quanto esta mesma seja uma organização guarda-chuva de várias facções. Nas *townships* sul-africanas, por outro lado, a Frente Unida Democrática (FUD-CNA), a Inkatha, a AZAPO-Consciência Negra ou os "justicieros" locais, ideologicamente confusos, freqüentemente competem entre si pelo controle em acesas batalhas.

Conseguir tal divisão tem sido de *há muito*, é claro, o objetivo das políticas do *apartheid*. Projetos estatais deliberados, contudo, não explicam o comparativo sucesso por elas obtido. A heterogeneidade étnica dos negros, sobre a qual se construiu o edifício do *apartheid*, com-

parada com a maior homogeneidade étnica dos palestinos, também não explica os violentos conflitos. A maioria das dissensões intranegros na África do Sul ocorre no interior dos grupos étnicos: os assassinatos de Pietermaritzburg foram motivados por diferenças políticas entre os zulus, as devastações de Crossroads foram uma questão dos xhosa, assim como os conflitos entre FUD e AZAPO no Cabo Oriental.

Da perspectiva da teoria marxista ortodoxa, as divisões entre os negros sul-africanos são ainda mais surpreendentes na medida em que os negros urbanos representam um proletariado relativamente homogêneo, confinado em habitações idênticas. As oportunidades de vida dos habitantes do gueto são determinadas pela exclusão comum. Em contraste, os palestinos fora dos campos de refugiados constituem uma sociedade muito mais estratificada. Comprendem uma ampla pequena burguesia de mercadores, profissionais e pequenos proprietários rurais. Até serem substituídos pela juventude politizada da recente *intifada*, eram esses notáveis de classe média que até então davam o tom. Os trabalhadores palestinos geralmente são obrigados a percorrer razoáveis distâncias entre a moradia e o local de trabalho, à diferença dos trabalhadores sul-africanos, citadinos permanentes ou migrantes temporários. Seria de esperar que as divisões de classe se expressassem de maneira bem mais explícita na sociedade palestina e, ao contrário, que houvesse uma postura ideológica muito mais compartilhada no caso sul-africano. A realidade empírica contraria a esses pressupostos economicistas desafia o reducionismo grosseiro.

O que se deixa de lado nessas considerações é uma série de fatores que são singulares em cada situação. Na África do Sul, a própria pobreza criada pelo governo da minoria destruiu parcialmente as normas e os valores tradicionais africanos. Uma existência atomizada no ambiente estranho das *townships* tomou o lugar das tradicionais estruturas familiares, minadas por décadas de trabalho migrante, insegurança perante a lei e dependência econômica. Nessa atmosfera de desesperança, as

pessoas voltam-se umas contra as outras em vez de se voltarem contra sua oculta fonte de miséria. O oponente parece demasiado esmagador para ser atacado diretamente. Poucos podem identificar as causas exatas dos baixos salários ou do desemprego na ausência de uma educação política. A ilegalidade de se organizar politicamente impede que vagas frustrações sejam coletivamente articuladas e atribuídas.

Em vez disso, freqüentemente se procura a fuga individualista a uma realidade deprimente. O uso generalizado de drogas ou os mundos de sonho construídos em torno das igrejas independentes (às quais 30% dos negros pertencem ativamente) são o testemunho de um estado de anomia política diariamente reforçado pela efetiva manipulação dos meios de comunicação no sentido do consumismo e do individualismo apolítico.

Na verdade, volta e meia jovens semi-integrados rompem esse ciclo de desespero em levantes periódicos, mas apenas para que lhes ensinem, com uma repressão cada vez mais sofisticada, que sua esperança é vã. A lei e a ordem triunfam, ainda que em permanente emergência. A obediência sem aprovação é a característica de um Estado que há muito abandonou a luta pela legitimidade em face da maioria. As autoridades não precisam de apoio, apenas de obediência. A aquiescência, não a identificação, continua sendo a marca da dominação étnica num sistema autoritário. Como seu objetivo é a passividade despolitizada em vez do envolvimento ativo de seus cidadãos de segunda classe (como em seus correspondentes totalitários de tipo fascista ou stalinista), ela dirige sua coerção principalmente contra os ativistas. Se fosse praticar punições coletivas, como o toque de recolher ou os espancamentos indiscriminados em Israel, a África do Sul ficaria privada de sua força de trabalho. Diferentemente de Israel, onde a mão-de-obra árabe até agora só é fator significativo na construção civil e na agricultura, nenhum setor da economia sul-africana sobrevive sem a mão-de-obra negra. Em Israel, apenas 7% dos trabalhadores são palestinos

originários dos territórios ocupados; na economia sul-africana, 70% dos empregados são africanos negros.

O general C. J. Lloyd, secretário do Conselho de Segurança Sul-Africano, enfatizou explicitamente que, ao "eliminar" o pequeno número de revolucionários do Congresso Nacional Africano nas *townships*, as forças de segurança devem tomar cuidados para não "incorrer na ira das massas", ferindo "acidentalmente" membros descompromissados, não-revolucionários, da comunidade. Na verdade, o exército sul-africano emprende um programa de longo alcance com o objetivo de introduzir "melhoramentos" em algumas *townships* inacessíveis, na esperança de pacificar essas comunidades através aperfeiçoamentos materiais, como melhores casas, estradas e sistemas de esgotos. Enquanto alguns israelenses de visão mais ampla temem que seu país decaia ao nível de uma outra África do Sul, alguns africânderes, ironicamente, receiam o contrário. "Nenhuma pessoa sensata", disse Mike de Vries, reitor da Universidade de Stellenbosch, em discurso na Academia Militar, "desejaria que a situação da África do Sul degenerasse ao nível daquela de Israel, que teve de se posicionar contra o mundo árabe." A cultura africânder se extinguiria à falta de amigos na África e na impossibilidade de estabelecer, "sem temor, contatos com outras raças" (*Sunday Tribune*, 24.1.88). Os governantes sul-africanos chegam a encorajar a "autocrítica", que leva a "corrigir falhas". Em sua repressão sofisticada e seletiva, os sul-africanos estão bem à frente do método israelense de punir qualquer pessoa numa área de conflito na esperança de causar uma reação contra os ativistas. A minoria sul-africana não pode dar-se ao luxo de viver no clima de guerra comunal em que floresce a maioria israelense.

Em suma, na África do Sul a economia consumiu constitui um limite importante à残酷 do *apartheid*, reforçada pela total integração econômica que a produção moderna cada vez mais exige. Esses constrangimentos não existem em Israel. A despeito do uso cada vez

maior da força de trabalho palestina, o que contraria os ideais dos primeiros sionistas, a ação econômica árabe pode arranhar, mas não ferir seriamente a economia israelense. Uma prolongada greve geral e boicotes ao consumo por parte dos negros, contudo, poderiam paralisar o Estado do *apartheid*. Isso ainda não aconteceu em escala nacional porque os próprios trabalhadores negros não podem permitir-se tomar esse caminho e, também, porque se encontram divididos no que se refere à estratégia.

Diferentes papéis dos sindicatos nos Estados étnicos

Na África do Sul, o mais formidável desafio ao Estado origina-se do movimento sindical. Sindicatos cada vez mais bem organizados refreiam as políticas públicas adotadas pelo Estado e chegam a forçar empregadores a defenderem, ocasionalmente, os direitos dos trabalhadores no interesse da estabilidade e da produtividade. O movimento operário sul-africano opera fora das estruturas do Estado, ao mesmo tempo contra o capital e contra o governo. Esse relacionamento adverso é regulado pela mútua adesão aos mecanismos de acordos, contratos de reconhecimento e leis trabalhistas, que permitem aos sindicatos funcionar legalmente segundo códigos mutuamente restritivos, não obstante freqüentes medidas repressivas e conflitos a respeito das leis trabalhistas.

Em Israel, por outro lado, a poderosa federação sindical Histadrut é parte integrante do establishment judaico. É muito mais que um sindicato, devido às origens socialistas de suas indústrias cooperativadas. A Histadrut é o segundo maior empregador de Israel, depois do governo, empregando perto de 1/4 da força de trabalho israelense. É proprietária da maior empresa construtora (a Solel Boneh), de companhias de ônibus (Egged, Dan) e de casas de comércio. Subsidiárias da multinacional Indústrias Koor, de propriedade da Histadrut, estão envolvidas em projetos sofisticados nas

áreas de produção de armamentos e eletrônica militar. A despeito de protestos vindos de dentro da federação, a empresa construtora da Histadrut foi responsável por mais de 1/4 dos estabelecimentos judaicos nos territórios ocupados – e ela não desejaría perder os lucrativos contratos.

Acima de tudo, a Histadrut não se considera responsável pelos trabalhadores da Cisjordânia, conquanto os contratos legalmente firmados entre a federação e os empregadores cubram todos os trabalhadores, sem distinção de nacionalidade. Na prática, isso levou a um mercado de trabalho dividido: os palestinos frequentemente ganham menos por trabalho igual e são os primeiros a serem despedidos. Não obstante, todos os trabalhadores dos territórios são recrutados através de repartições governamentais e têm um "imposto de organização" de 1% deduzido de seus salários, em benefício da Histadrut, a título de "proteção sindical". Os trabalhadores dos territórios, contudo, não estão qualificados para votar nas eleições sindicais nem nos conselhos locais de trabalhadores. Os palestinos estão impedidos de ser membros das cooperativas e são empregados principalmente como diaristas.

A Histadrut parece-se com as paraestatais sul-africanas. Fundadas originalmente para permitir o avanço econômico africânder com o apoio do Estado numa economia controlada pelos ingleses, as corporações do setor público sul-africanas, não obstante, têm gradualmente incluído também empregados oriundos de outros grupos. Até agora a Histadrut resistiu à diluição étnica e permanece comprometida com suas origens judaicas. É hostil aos sindicatos palestinos, vistos como fachadas de "organizações terroristas". Com o Partido Trabalhista como seu porta-voz político – e o partido juntamente com as empresas da federação como sua base econômica –, os sindicatos israelenses são agora, de modo intrincado, mais integrantes do Estado étnico do que seus correspondentes sul-africanos.

Na África do Sul, a complexa integração socioeconômica levou a um padrão de interação so-

cial entre oponentes que está ausente em Israel. Negros e brancos trabalham lado a lado por toda parte. Por exemplo, a maioria dos lares brancos na África do Sul utiliza o auxílio doméstico negro em tempo integral. Poucas famílias judaicas poderiam sonhar com tal luxo. As desiguais porém íntimas relações amo-serviço, não obstante, estabelecem laços paternalistas. Os brancos sul-africanos, tomados em conjunto, não odeiam tanto os negros quanto os exploram. Os israelenses desprezam os árabes e, acima de tudo, os excluem. A distância social entre árabes e israelenses é bem maior do que a existente entre as raças sul-africanas, a despeito de uma tradição mais antiga de integração de instituições como hospitais ou universidades em Israel. Para Golda Meir, os palestinos não existiam; para os brancos sul-africanos, os negros têm um papel definido na hierarquia social feudal. Devem ser controlados, mas não se pode dispensá-los. Em certo sentido, a segregação não foi motivada pela crença na inferioridade dos negros, mas por sua superioridade numérica. Por outro lado, muitos judeus vêem os palestinos como a vanguarda de uma ameaça árabe. Eles são considerados competidores nacionalistas, mais que uma raça inferior. No entanto, como judeus e palestinos vivem em economias e subculturas distintas, até agora os acadêmicos judeus têm tido menos contato com intelectuais palestinos do que os profissionais brancos e negros na formalmente segregada mas economicamente integrada África do Sul. Ademais, apenas Israel tem uma lei, impossível de fazer cumprir, proibindo aos cidadãos do país o contato com agentes da OLP, embora Pretória tenha ameaçado seguir o exemplo.

Custo da dominação étnica

Há óbvios custos ligados à prolongada dominação étnica pela força. Deixando-se de lado a perda da legitimidade internacional e suas implicações econômicas, sobressaem dois

custos internos da instabilidade: disciplina militar e emigração.

O uso do exército contra a população civil, tanto na África quanto em Israel, tem minado o moral e a coesão militares. A objeção de consciência entre os recrutados tem crescido. Concebido como um instrumento de unificação e integração de adolescentes heterogêneos, o exército como força doméstica de ocupação inevitavelmente produz dissensão interna. Um exército não é treinado basicamente para suprimir o descontentamento em seu próprio país. Se, não obstante, é usado em permanente emergência contra civis descontentes, as prováveis brutalidades e arbitrariedades corroem a própria disciplina e o profissionalismo de que se orgulham tanto o exército de Israel quanto o da África do Sul. De uma abrangente lealdade não-partidária ao Estado, a força militar fragmenta-se num partidarismo sectário.

Nessa dificuldade, grupos liberais como o Partido Federal Progressista, o PFP sul-africano, têm sugerido um exército inteiramente profissional como solução para a questão da inconfiabilidade dos recrutas e dos escrúpulos morais dos pacifistas. Essa opção, contudo, provavelmente aumentará o caráter sectário do exército. Com base no auto-recrutamento, uma predileção predominantemente direitista entre os soldados profissionais poderia causar ameaça até maior ao pluralismo societário do que um bando conflituado de recrutas mal-treinados provenientes de todos os segmentos da população. Ademais, um Estado étnico com uma população hostil no seu interior é forçado a ser um Estado-guardião no qual todos os membros masculinos do grupo dominante são treinados no uso potencial da força. Tais sociedades divididas não podem permitir-se o custo que um grande exército profissional exigiria para se manter unido.

Os números da emigração indicam, em ambos os casos, uma crescente alienação nessas sociedades sitiadas. As estatísticas oficiais contam apenas parte da história, pois muitos saem como turistas ou estudantes sem declarar de maneira formal sua intenção de viver permanentemente no estrangeiro. As estatísticas

também ocultam a qualidade dos emigrantes, desproporcionalmente compostos de profissionais mais instruídos e de habitantes prósperos de ambas as sociedades. Embora variem as razões da partida, a relutância em ser convocado e em criar os filhos num ambiente de incerteza conta muito, ao lado, em ambos os casos, de uma vida materialmente melhor no estrangeiro.

A política de Israel e da África do Sul também afetou a natureza da imigração. Quando Israel mudou de um Estado moral – planejado para ser um exemplo para o mundo, na visão de Ben Gurion – para um Estado expansionista, sob o governo Begin, do mesmo modo mudou a composição de seus imigrantes. Em vez de se tornar atraente terra natal para os aproximadamente nove milhões de judeus da diáspora, o país passou a seduzir unicamente os fanáticos religiosos. Menos de 10% dos imigrantes judeus oriundos da União Soviética escolhem Israel, uma vez chegando ao Ocidente. Um padrão similar pode ser observado em relação à África do Sul. No caso sul-africano, a maciça evasão de capitais desde 1985, a despeito das restrições oficiais, precedeu uma silenciosa mas contínua emigração, predominantemente de brancos de língua inglesa com opções no exterior. Ultimamente, diversos empresários de alto nível têm engrossado o êxodo inicial de liberais desencantados. Muitos brancos que deixam o país também temem a tomada do poder pelos negros, mas posam de preocupados anti-racistas.

Os padrões de emigração-imigração obviamente têm influenciado a política e a votação em favor dos partidos de direita. Enquanto o influxo de judeus orientais e o declínio de imigrantes europeus vêm beneficiando o Likud, os muitos brancos rodesianos que se estabeleceram na África do Sul são conhecidos pela forte inclinação que têm pelo Partido Conservador. Também se pode supor que os imigrantes europeus que buscam o Estado do *apartheid* não se incluem entre os adeptos dos partidos de esquerda. Em vez disso, estudos têm mostrado que eles tendem a se supera-

daptar aos costumes locais (Stone, 1973). Por outro lado, os eleitores do PFP, de tendência liberal, freqüentemente têm dois passaportes. O declínio desse partido desde 1987 pode ser atribuído, em parte, à emigração desproporcional de seus eleitores.

Ademais, diferentemente do sionismo, o nacionalismo africânder não conta com uma diáspora simpatizante. De muitas maneiras, seu próprio Estado é a sua diáspora. Isso priva o africanderismo dos recursos internacionais e dos poderosos *lobbies* à disposição do sionismo. Além disso, as políticas do *apartheid* criaram uma diáspora *hostil* de exilados sul-africanos. São os ativistas exilados que agora se encontram à frente dos esforços no sentido das sanções internacionais. Ressentidos ou culpados por terem deixado o país para gozar a boa vida no estrangeiro, sentem-se obrigados a provar seu comprometimento quanto mais distantes se encontram da luta. O lapso da distância e da informação confere aos pronunciamentos dos exilados um tom particularmente duro e intransigente. Em suma, enquanto Israel pode confiar numa grande dose de apoio ou, pelo menos, compreensão de parte de seus confrades étnicos do Ocidente, a maioria dos emigrados sul-africanos ou se junta à oposição ou se torna apolítica.

Por outro lado, o reconhecimento da OLP pelos Estados Unidos e o novo pragmatismo dessa organização em relação a Israel, juntamente com o debate ortodoxo sobre "quem é judeu", dividiram a diáspora judaica. Como afirmou Leonard Fein (1988), o prolongado pacto de apoio incondicional a Israel pelos judeus norte-americanos e sua incondicional aceitação, por sua vez, foram quebrados pela controvérsia. Ela afetou fundamentalmente as relações dos judeus norte-americanos com Israel e entre si. Apenas 10% deles são ortodoxos, enquanto 30% se identificariam como judeus reformados, 34% como judeus conservadores e 26% não pertencem a nenhum desses ramos. Em particular, aqueles que foram convertidos por rabinos reformados ou conservadores ou são filhos de tais convertidos (cerca

de meio milhão inclui-se nessa categoria) sentem que foram relegados a um *status* de segunda classe, embora apenas algumas dezenas nessa categoria pudessem chegar a considerar a possibilidade de emigrar para Israel.

Reações à dominação étnica

Obviamente, há muitos fatores que inspiraram uma juventude frustrada, em ambos os países, a procurar a iniciação política nas batalhas de rua. Embora se ressaltem a falta de oportunidade de emprego e ressentimentos específicos acerca do sistema educacional ou das condições de vida, geralmente se subestima o quanto o incremento da educação formal, ao lado do grande aumento da exposição aos meios de comunicação, contribuiu para uma politização informada.

O exclusivismo da economia israelense impossibilitou a absorção dos palestinos com diplomas secundários e universitários. A relativa independência do sistema educacional palestino garantiu um número consideravelmente elevado de jovens instruídos que se tornaram os principais organizadores do levante. Nem o emprego adequado numa economia doméstica subindustrializada nem a emigração para os Estados do Golfo mergulhados na recessão continuavam sendo opções viáveis para uma juventude politizada e excluída.

Comparada com o fechado sistema israelense – no qual a Histadrut monopoliza o mercado de trabalho no interesse dos competidores judeus e no qual os palestinos não-israelenses têm acesso apenas a trabalhos mal-remunerados e de baixa qualificação –, a economia sul-africana ainda se ressente da falta de mão-de-obra habilitada. A maioria das empresas privadas, e até certo ponto também o setor estatal, está pronta agora a admitir diplomados não-brancos, desde que bem-treinados. Na África do Sul, a questão não é mais o exclusivismo étnico numa economia branca, mas o empobrecimento do sistema educacional negro dependente. Juntamente com a vida

dissolvente nas *townships*, escolas com poucas verbas e professores mal-preparados, isso fez com que os frustrados produtos da educação banto reagissem com uma militância similar à dos palestinos, apesar de na África do Sul haver maiores oportunidades objetivas de emprego para negros habilitados.

Da mesma forma que o governo sul-africano oscilou entre o fechamento das escolas e uma instrução obrigatória sob supervisão policial, os governantes israelenses encontraram-se num dilema semelhante depois que os alunos da Cisjordânia foram mandados para casa por longos períodos. Segundo observadores (Joel Brinkley, "Duras lições extraídas da inquietação árabe", *New York Times*, 22.5.88), "o governo israelense não percebeu que, quando os 277 mil escolares da Cisjordânia se libertaram do currículo altamente controlado e politicamente esterilizado, muitos deles preferiram freqüentar escolas livres subterrâneas que ignoravam todas as normas governamentais". Dois fatores contribuíram para as tentativas de se criar um sistema educacional alternativo, em comparação com os problemas da "educação dos povos" na África do Sul: em primeiro lugar, a relativa independência dos professores palestinos, pagos pela Jordânia, não os intimidou tanto quanto o que ocorreu no autoritário sistema sul-africano; em segundo lugar, a relativa homogeneidade cultural, a disciplina comunal e a coesão da sociedade palestina facilitaram a instrução alternativa, em comparação com a vida empobrecida nas *townships* sul-africanas. A "educação do povo" na África do Sul tinha por objetivo transformar o sistema existente, em vez de criar um sistema distinto. Do mesmo modo que a educação subterrânea da *intifada*, ela politizou a juventude através da ênfase na relevância política para a guerra de libertação. Mas a luta palestina jamais exigiu um sistema integrado de educação controlado por um único ministério, com verbas e direitos iguais para todos os participantes, como na África do Sul.

A televisão em particular introduziu um ultraje comparativo entre as vítimas da violên-

cia do Estado. Estas não mais consideram que seu destino esteja isolado de outros eventos no mundo. O *New York Times* (20.1.88) relata: "Quando o ministro da Defesa percorria Ramallah, um morador árabe protestou: 'Eu os vi batendo. Na África do Sul eles não ferem assim.' 'Que é que você sabe sobre a África do Sul?', perguntou o Sr. Rabin. 'Nós sabemos', respondeu o homem. 'Vemos na TV.'" Similmente, os protestos sul-africanos têm sido inspirados, se não desencaminhados, por sonhos sobre o iminente colapso do governo branco, reforçados pela retórica anti-Pretória no estrangeiro. A hostilidade mundial contra a África do Sul tem encorajado falsas analogias com a libertação em outras partes da África. Ocionalmente, tem-se desenvolvido o mito subconsciente de que a liberdade será trazida de fora por guerreiros do Congresso Nacional Africano ou exércitos invasores. Os crentes na libertação já acreditaram em submarinos russos aportando a Costa Selvagem do Transkei. Todas essas falsas esperanças têm prejudicado a tarefa de se criar uma organização política realista no interior do país.

Foi o sentimento de negligência por parte dos Estados árabes em relação às punições coletivas praticadas pelos israelenses que levou à emergência de uma nova liderança interna entre os palestinos. A liderança subterrânea cada vez mais dirige os exilados da OLP, os quais foram apanhados de surpresa, do mesmo modo que o Congresso Nacional Africano não estava preparado para o levante de Soweto em 1976. As ocorrências serviram como fatores de unificação. Inesperadamente para Israel, os árabes israelenses pela primeira vez aderiram ao esforço de greve. Acima de tudo, emergiu um novo e secreto Comitê Nacional interno. Ele compreendia representantes de todas as cinco facções: a El Fatah, de Arafat (a mais poderosa), as três organizações "socialistas", alinhadas com diferentes patrocinadores externos – a Frente Popular de Libertação da Palestina, a Frente Democrática e o Partido Comunista –, e, finalmente, o Jihad Islâmico, os fundamentalistas com muito apoio nos campos de refugiados.

Foi a liderança interna que permitiu que a facção moderada da OLP reconhecesse formalmente Israel. A *intifada* havia superado os exilados. Os que estão sob o domínio direto de Israel desejam ter o seu próprio Estado independente, mesmo que isso importe apenas na soberania simbólica e tenha de ser obtido às expensas do sonho de substituir o Estado judaico. É a liderança interna que agora dá o tom da política de resistência. Mas o movimento interno, tanto nos territórios ocupados quanto na África do Sul, vê a si mesmo como formando uma unidade com seu braço exilado. Portanto, em ambos os casos não pode haver acordo sem o total reconhecimento e participação da OLP e do CNA.

Há uma importante diferença no papel internacional da OLP e do CNA, que nada tem a ver com a melhor imagem deste. A intensa competição entre os diferentes patrocinadores árabes da OLP exacerbou o fracionamento entre os ativistas exilados. As facções da OLP têm de suplantar umas às outras e se alinhar com os interesses conflitantes da Síria, Iraque, Líbia, Jordânia e Arábia Saudita. Como a maioria dos palestinos vive na diáspora sob a tutela desses Estados, qualquer "solução" potencial afeta diretamente uma área muito mais ampla. Apesar do retórico apoio árabe aos palestinos, estes são meros peões num jogo maior e geralmente sofrem o ressentimento das populações dos Estados árabes. Em contraste, os comparativamente poucos exilados sul-africanos que vivem nos países da Linha de Frente recebem um apoio honesto à sua causa, embora o CNA seja financeiramente mais pobre que a OLP. O CNA no exílio tem preservado uma notável unidade (em contraste com a oposição interna), em parte porque não depende de patrocinadores em conflito.

Mobilização étnica para a sobrevivência: mito e realidade

O reconhecimento mútuo significa a ausência do "mais grave motivo numa luta" (Shipler, 1986:12): a sobrevivência. Certamente,

há uma retórica de sobrevivência e preocupações de segurança entre os brancos sul-africanos. Mas as ansiedades destes não se relacionam muito à existência física e sim à sobrevivência da riqueza. Os brancos temem uma invasão terceiro-mundista em seus privilégios de Primeiro Mundo, os quais estão relutantes em compartilhar. Os protestos dos excluídos traduzem-se em ameaças à segurança. Segurança para os brancos significa uma baixa taxa de criminalidade entre os pobres, sem conflitos de rua nem explosão de bombas. Até o momento, a vida diária da maioria dos brancos pouco tem sido afetada pela resistência dos excluídos. Por trás das cercas e janelas gradeadas em seus subúrbios exclusivos, a boa vida continua, a despeito do estado de emergência permanente.

Em Israel, por outro lado, a sobrevivência tem uma qualidade existencial. Ela diz respeito antes de mais nada à coletividade, não ao indivíduo. Depois de quatro guerras contra o Estado judaico, o "ataque total" é verdadeiro, não uma invenção da propaganda do Estado. Quinze mil israelenses foram mortos numa série de guerras entre Estados, em oposição a umas poucas centenas de brancos desaparecidos na caprichosa aventura de seu governo em Angola. Situados entre inimigos hostis dotados de exércitos poderosos, a genuína ameaça aos 3,6 milhões de judeus israelenses não se compara com a retórica hostil dos dependentes Estados da Linha de Frente na África Austral.

Nem as atrocidades dos britânicos contra a população civil durante a Guerra dos Bôeres podem ser igualadas ao genocídio sistemático cometido contra os judeus. Os "campos de concentração" britânicos, com mulheres e crianças bôeres morrendo de fome, não se assemelham ao holocausto. Diferentemente dos judeus, os africanos não são um povo perseguido por *pogroms* numa diáspora global. A história da perseguição aos judeus confere à sobrevivência do refúgio israelense sua especial legitimidade. Em suma, o motivo moral da sobrevivência tem maior credibilidade como instrumento de mobilização em Israel do que na África do Sul, onde a potencial coexistência em regime de igualdade não é um assunto em

questão. Por outro lado, um Israel altamente militarizado pouco tem a temer de um provável Estado palestino pequeno e desmilitarizado. Sua maior ameaça a Israel não seria como vanguarda militar dos divididos Estados árabes. Na realidade, os planejadores israelenses temem a influência de uma OLP bem-sucedida sobre os árabes de seu país e vêem o Estado palestino como uma força irredentista potencial. Além disso, eles receiam as perdas econômicas que uma federação palestino-jordaniana (mesmo com a inclusão de Israel) num mercado comum iria acarretar.

O projeto de "construção nacional" na África do Sul negra – tanto na visão charteira*/CNA quanto na trabalhista/socialista – rejeita o chauvinismo negro e o separatismo étnico. Os três ingredientes mais importantes para o nacionalismo em qualquer parte – uma base territorial, uma língua e uma religião distintas – estão todas ausentes para um "nacionalismo" negro: os africanos formam agora a maioria em todas as áreas metropolitanas; o inglês é o meio de protesto preferido e domina o discurso dos intelectuais negros; os mais destacados líderes da oposição são clérigos cristãos. Diferentemente da distinta identidade palestina – reforçada pelo território, pela língua e pela diferente religião do grupo dominante –, a identidade negra define-se meramente por oposição a uma política, não como uma cultura diversa. Existe uma nacionalismo comum palestino, mas apenas um nominal e fragmentado "nacionalismo" africano.

A identidade política dos negros sul-africanos é a cultura de resistência contra o *apartheid*. Diferentemente do que ocorreu aos palestinos, a história e a identidade dos africanos nunca foram negadas. A colonização judaica, por outro lado, gradualmente deslocou muitos palestinos de sua área de nascimento e os transformou em refugiados sem pátria. O sionismo nutriu o nacionalismo palestino. O

apartheid, por outro lado, tentou utilizar diferentes histórias e culturas para fins divisionistas. Como o *apartheid* promoveu o conceito de diferentes nacionalidades, suas vítimas não podem abraçar as definições impostas pelo opressor. Se nações são "comunidades imaginadas", elas pressupõem a auto-identificação. Pelo fato de o "desenvolvimento separado" ter desacreditado as estruturas institucionais dos bantustões, mesmo o amplo patrocínio que recebem não legitima o tribalismo. Os não-racialistas do CNA denunciam com veemência um incipiente nacionalismo zulu, tanto quanto o nacionalismo africânder. Portanto, os negros sul-africanos não poderiam engajar-se no tipo de renascimento cultural que produziu uma consciência nacional palestina. Se os heterogêneos negros sul-africanos promovessem uma revivescência similar de suas distintas tradições culturais, cairiam na armadilha do *apartheid*.

Foi o próprio Estado do *apartheid* que imunizou a maioria contra um nacionalismo sectário. Ele deu à cultura de oposição uma tendência inclusiva, e não exclusiva. A "cultura dos povos" na África do Sul é essencialmente uma afirmação política: os destituídos de poder contra os detentores do poder. Não pode ser uma mobilização racial ou étnica reversa pelo fato de congregar membros de todas as comunidades. Se a oposição ao *apartheid* se desintegrasse numa estratégia "unicamente africanista" – como advogavam o Congresso Pan-Africanista (CPA) e, até certo ponto, o movimento Consciência Negra –, ela se privaria do apoio essencial dos segmentos não-africanistas, seja nacional seja internacionalmente.

Tanto na sociedade palestina quanto na sociedade negra sul-africana, contudo, também existe um conceito sectário de nação. Trata-se de um postura irredutível contra o reconhecimento do oponente e quaisquer compromissos pragmáticos. O desafio à principal corrente nacionalista (OLP) pelos fundamentalistas islâmicos (Hamas) parece-se com o choque ideológico entre o CNA e os CPA-africanistas. Para o Hamas, "não há solução para o

* Relativo ao Freedom Charter – Carta da Liberdade, declaração de princípios do CNA. (N.T.)

problema palestino a não ser por meio do Jihad [Guerra Santa]. Todas as iniciativas, conferências e propostas são perda de tempo". De modo semelhante, para muitos africanistas as negociações atingiram o ponto de esgotamento. Tal desconfiança é sublinhada pela relutância dos fundamentalistas, tanto islâmicos quanto africanistas, em considerar qualquer fórmula realista de acordo entre oponentes etnicamente percebidos. Para o Hamas, a realidade histórica é obstruída com fórmulas religiosas. A totalidade da Palestina histórica, incluindo Israel, é considerada "uma verdade islâmica para todos os muçulmanos até a resurreição". A decisão da Organização para a Libertação da Palestina de reconhecer Israel pela criação de um Estado distinto é inconcebível para os fundamentalistas porque "desistir de parte da Palestina é como desistir de parte da religião".

De modo semelhante, os africanistas ficaram profundamente ofendidos com a condição estabelecida pela Carta da Liberdade de que a terra na África do Sul pertence a todos que nela vivem. Isso implicaria o reconhecimento da conquista. Para os africanistas, a terra pertence aos habitantes originais, que foram roubados pelo colonialismo. Quaisquer reivindicações dos "colonos", inclusive os descendentes de famílias africânderes de 300 anos, não têm base no direito, mas na tolerância dos indígenas donos da terra.

Os fundamentalistas dos territórios ocupados, assim como da África do Sul, obviamente representam uma opinião minoritária, comparada com a corrente central de apoio à Organização para a Libertação da Palestina e com a tradição do Congresso Nacional Africano. Nem todos os militantes islâmicos, por exemplo, apóiam a linha divisionista dos Hamás. Grupos menores, como o Jihad Islâmico, cooperam com a OLP e desempenharam importante papel no interior da Liderança Nacional Unificada que conduziu à revolta. Similarmente, muitos africanistas têm-se desviado para a orientação do CNA em favor da unidade. Entretanto, quanto mais demorar a surtir efeito a posição relativamente moderada tanto

da OLP quanto do CNA, mais poderá crescer o apoio aos fundamentalistas em ambos os países. Uma realidade sombria e sem esperança dá vez aos sonhos extremistas de salvação utópica.

Mais na África do Sul do que nos territórios ocupados, a visão de um Estado que pertence a todos os que nele vivem tem prevalecido até o momento. Em contraste, se o concebido Estado da Palestina na Cisjordânia e Gaza algum dia tornar-se realidade, provavelmente será uma imagem especular do Estado judaico: uma terra natal apenas para os palestinos, e não uma entidade não-étnica ou multicultural. Isso poderia fazer deteriorar-se a situação dos 700 mil palestinos israelenses que então supostamente exercerão seus direitos em sua terra natal vizinha (Shammah, 1988). Os bem-intencionados acadêmicos israelenses (por exemplo, Harkabi, 1988) que justamente defendem a divisão do território como a mais viável "opção para lidar com os palestinos na Cisjordânia e na faixa de Gaza" (Smooha, 1988) não apenas subestimam o crescente apoio da direita à anexação e expulsão formal (eufemisticamente chamada "transferência involuntária"), mas também deixam de considerar a perigosa posição dos palestinos israelenses nesse cenário.

Em contraste, a tradição universalista e não-étnica na África do Sul testemunha a influência de uma tradição marxista internacionalista (na forma do Partido Comunista Sul-Africano), a qual sempre foi mais forte num ambiente relativamente secularizado do que num conflito percebido em termos religiosos. O fracasso do africanismo também demonstra que nem a cor da pele nem a opressão comum, isoladamente, fornecem um laço suficiente para a solidariedade grupal na ausência de uma história comum e de vínculos religiosos ou linguísticos para a mobilização do grupo. De fato, a violência mais prolongada na África do Sul não corre entre negros e brancos, mas deriva das diferenças políticas no interior dos grupos raciais. Tanto os conflitos no interior do africanderismo como aqueles que ocorrem entre os adeptos da FUD/Cosatu e do Inkatha,

por exemplo, excedem a divisão racial, de há muito difusa, em termos de intensidade subjetiva.

A atual hegemonia da tradição de resistência não-racial na África do Sul não significa que esta venha a prevalecer necessariamente numa ordem pós-apartheid, nem que deva perdurar para sempre. Sob condições de extrema escassez, uma política de exclusão vê-se tentada a utilizar a etnicidade para determinar quem se qualifica para receber auxílios. Se há privilégios ligados a novas identidades sociais, estas podem ser facilmente adotadas. Histórias adormecidas podem ser revividas com o objetivo de designar quem está de fora. Há uma rica tradição de identidades ligadas à raça e de patrocínio tribal, prontas a serem "voluntariamente" reativadas, precisamente porque as definições impostas pelo Estado foram abandonadas. A revogação das leis raciais não anula décadas de doutrinação racial.

Há uma vasta literatura sustentando que a identidade nacional é acima de tudo moldada pela exclusão dos outros: inimigos, estrangeiros e minorias. Dado o forte legado de nacionalismo africânder numa ordem pós-apartheid, ao novo patriotismo não-racial concebido não faltarão inimigos, muito mais reais do que se imagina. O novo regime pode muito bem ser tentado a se tornar tão não-democrático quanto seu predecessor, pela eliminação dos defensores de identidades segmentárias (tanto brancos quanto negros), se desejar evitar o colapso da África do Sul. O mero cumprimento das expectativas do seu eleitorado – grande parte do qual estará subempregada – pode pressionar um governo do Congresso Nacional Africano a fazer uma reestruturação autoritária quase contrária às suas promessas. Por outro lado, ele necessitará do capital humano dos brancos, tanto quanto da manutenção do investimento produtivo e da assistência internacional. Diferentemente dos brancos de outras partes da África, mesmo do Zimbábue, os africânderes são demasiado numerosos, enraizados e "africanizados" para que se possa pressioná-los a deixar o país, confiná-los à agricultura ou mesmo excluí-los do poder po-

lítico, qualquer que seja a sua convicção ideológica. Vivendo numa economia urbana, industrializada e interdependente, o que o Zimbábue nunca foi, negros e brancos sul-africanos estão inextricavelmente presos num sistema comum, a menos que um dos lados deseje reduzir o país a uma terra devastada.

De onde serão tirados os novos indicadores do privilégio numa futura África do Sul vai depender fundamentalmente de como se vai atingir a nova ordem. Se a oposição não-racial ao apartheid ganhar o poder e for bem-sucedida em controlar o Estado pós-apartheid, é improvável que linhas raciais irremovíveis venham a designar os novos possuidores e despossuídos. O que vai dominar são alianças com base em interesses de agrupamentos ideologicamente diversos, em vez de partidos raciais. Os organizadores étnicos nutrem-se de ressentimentos reais, mas serão malsucedidos se a alternativa atingir metade do caminho rumo à igualdade democrática e ao crescimento econômico prometidos. A revanche ou mesmo a compensação não têm sido o grito de guerra oposicionista e uma próspera economia pós-apartheid poderia atender pelos menos parte da demanda por redistribuição.

Isso confere ao conflito sul-africano uma fluidez que falta no Oriente Médio, com suas fronteiras sociais claramente definidas e seus recursos econômicos limitados. Apesar da "orientalização" demográfica e cultural de Israel por sua parcela sefardita, a diferença religiosa ainda mantém as pessoas separadas. Judeus e árabes sequer podem casar-se legalmente em Israel. Em contraste, a inevitável "africanização" da África do Sul pode muito bem aproximar gradualmente a sua população num igualitário consumismo em expansão.

De vez que nem os nacionalistas africanos nem os seus correspondentes negros são motivados pelo fanatismo religioso ou por um fundamentalismo racial de tipo fascista, as pressões mútuas e os crescentes custos da intransigência resultam numa constante acomodação. Diferentemente de Israel, há poucos – se é que algum – absolutos inegociáveis ou

limiares irreversíveis (Lustick, 1987) no conflito sul-africano. Somente os grupos divididos por fronteiras religiosas são irreconciliáveis. Nessas situações, as identidades coletivas não podem ser redefinidas e é possível até que se tornem mais rígidas sob pressão, como na Irlanda do Norte ou no Punjab. Mas onde não há um conflito acerca de valores e de caminhos divinamente inspirados para a salvação, e sim a respeito de privilégios e poderes diferenciados, as pessoas estão menos propensas a serem facilmente mobilizadas numa guerra santa. Elas aprenderam a viver com ambiguidades. Acima de tudo, cuidam de maximizar os benefícios individuais.

Isso torna o conflito palestino-israelense mais refratário e difícil de resolver num só Estado do que a disputa sul-africana. Por outro lado, a divisão do território vai deslocar as duas nações na Palestina/Israel de uma ordem política comum. Na África do Sul não existe base econômica ou histórica para a secessão. A coexistência democrática numa nova nação sul-africana, portanto, mostra-se bem mais difícil do que um potencial acordo territorial entre judeus e palestinos. A democracia na África do Sul implica uma transformação fundamental. Meramente entregando os territórios ocupados, Israel, por outro lado, retornará a um sistema político amplamente aclamado.

Conclusão: comparando perspectivas de solução

Em comparação com a sociedade negra sul-africana, a vida palestina permanece relativamente intacta e coesa. Reforçado pelas crenças e práticas religiosas (80% são muçulmanos, 20% cristãos), uma língua distinta, laços de clã, sistema escolar e propriedade da terra, o nacionalismo palestino possui todos os ingredientes de um Estado rival em potencial. Na África do Sul, os negros querem estar *dentro*; em Israel, os palestinos desejam estar *fora*. Onde os nacionalistas negros enfatizam os vínculos comuns (não-racialismo, igual cidadania), tanto israelenses quanto árabes subli-

nham a sua diferença. Os palestinos exigem aquilo que os africanos reacionários estão prontos a conceder: um Estado nacional distinto como segunda melhor opção a um inatingível "Israel" secularizado e não-étnico. Teoricamente, tal "repartição territorial" pode ser mais facilmente alcançada no Oriente Médio do que uma democracia não-racial na África do Sul.

Diferentemente da sociedade palestina, que olha para trás em sua história na busca de fontes de coesão, a oposição ao *apartheid* mobiliza-se com a visão de um futuro diferente. Como um comentarista observou com perspicácia, na Cisjordânia "um retorno à tradição é visto como um ato político simbólico, sinônimo de afirmação política coletiva" (J. M. Winter, *London Review of Books*, 1.7.88). Nesse revivalismo cultural, o potencial de grupos como mulheres ou sindicatos é freqüentemente inibido em vez de ser estimulado. Os direitos da mulher têm uma precária convivência com as tradicionais noções de subordinação feminina na cultura árabe. O princípio adverso de uma organização sindical palestina não é visto com suspeita apenas pelos empregadores israelenses, mas igualmente pelos segmentos mais prósperos da comunidade ocupada.

A oposição ao *apartheid* (com exceção do Inkatha) não se baseia no revivalismo cultural. O patrocínio estatal desacreditou o "passado tribal" como mito mobilizador. Os líderes do CNA prometem democracia e liberdade na tradição do iluminismo secularizado. Trata-se de um apelo racional aos ideais liberais das Revoluções Francesa e Americana.

O que distingue a oposição na África do Sul é o seu programa político de igual cidadania num Estado unido. Esse vínculo racial, transracial, confere simultaneamente força e fraqueza às tentativas de mobilização, em comparação com o distintivismo cultural dos palestinos. É intelectualmente atraente, mas difícil de se utilizar do ponto de vista emocional. Nas divisões comunais, a África do Sul representa muito mais uma sociedade comum do que o verdadeiro pluralismo cultural do Oriente Médio (Adam e Moodley, 1986).

Os palestinos dos territórios ocupados vivem uma ocupação, e não a coexistência ambiغا da África do Sul, ditada pela interdependência econômica. Os negros não compartilham esse senso de invasão. Em contraste, os colonos israelenses na Cisjordânia, com o apoio do exército, demonstram visivelmente a existência de uma continuada invasão. Segundo a crescente ultradireita, como a representada por Meir Kahane, novas povoações judaicas na terra bíblica terão de culminar na expulsão final de todos os árabes. Cerca de 50% da população judaica israelense apóiam o prosseguimento das expulsões, embora com alguns sentimentos de culpa, se nada mais conseguir deter o levante.

Os 70 mil colonos da Cisjordânia parecem-se com os direitistas do Afrikaner Weerstandsbeweging (AWB) na intransigência ideológica e na propensão ao uso da força. Seu potencial como "justiceiros" é visto com certo desconforto pelas forças regulares de segurança. Contrariamente ao AWB, contudo, que é considerado inimigo pelo atual governo de Pretória, os colonos israelenses têm o apoio do Estado. Para os palestinos eles são quase uma extensão das forças de ocupação. Isso ofusca a diferença, reconhecida pelo CNA, entre os civis e o pessoal armado. Também inibe a solidariedade intercomunal promovida pelo CNA, com sua ênfase no não-racionalismo. Em suma, talvez haja a possibilidade de muito mais brancos sul-africanos se juntarem a um CNA democrático e secularizado do que judeus de esquerda serem aceitos por palestinos fundamentalistas, a despeito de haver mais debate e maior realismo em Israel.

Na África do Sul, os nacionalismos afro-cânder e africano sempre reconheceram um ao outro. Os nacionalistas africanos desejam aumentar o custo da dominação a fim de forçar os governantes a uma coexistência negociada num Estado comum. Também os nacionalistas africânderes reivindicam a busca de um sistema unido no qual nenhum grupo possa dominar o outro. Só a ultradireita tem como objetivo a divisão do território. O exclusivismo religioso

do Oriente Médio impossibilita uma potencial partilha do poder num Estado secularizado. Quando um dos lados reivindica Jerusalém como o seu lugar mais sagrado, não está disposto a partilhar seu direito de propriedade. Os conflitos sobre valores são, portanto, muito mais refratários. Os conflitos acerca de poder e privilégio, como na África do Sul, são passíveis de barganha e negociação.

O perigo reside em que tanto a África do Sul quanto Israel se recusam a negociar com seu verdadeiro oponente. Apenas o reconhecimento mútuo de sua legitimidade pode restaurar a estabilidade. Quanto mais ambos os governos adiarem essa decisão, mais se arriscam a não terem com quem negociar. Em ambos os grupos subordinados, extremistas mais jovens cada vez mais substituem os nacionalistas tradicionais. Companheiros brutalizados numa região e *shebab* ("caras") endurecidos na luta, na outra, cada vez mais dão ordens às elites políticas tradicionais. Esse é particularmente o caso entre os palestinos com seus sindicatos enfraquecidos, sindicatos esses que formam, na África do Sul, o principal contrapeso democrático e organizado, simultaneamente, à anarquia e às vanguardas autoritárias. Alguns já rejeitam os líderes da OLP como "revolucionários de luxo", particularmente nos campos de refugiados. Israel pode, contudo, ter saudade do tempo em que Arafat era capaz de fazer manter compromissos controversos, enquanto a África do Sul pode vir a desejar um Mandela para unir um movimento fragmentado e disciplinar revolucionários autônomos fora de controle.

Igualmente, existe o mito popular de que a polarização reforça atitudes favoráveis ao acordo entre a população dominante. Tanto na África do Sul quanto em Israel, os partidos de direita ganham apoio na medida em que o confronto se aproxima rapidamente. A segurança atropela os cálculos de custos racionais. A identidade está sendo redefinida como sobrevivência. Os legados morais tradicionais são facilmente postos de lado. Demagogos de

ambos os extremos beneficiam-se em retratar uma causa sagrada que está sendo objeto de barganha, uma adorada família nacional vítima de traição. No final, esses puristas ganham o jogo, a menos que os próprios Bothas e Rabins resolvam substituí-los, adotando os símbolos da intransigência. Em caso de dificuldade, ambos os países terão se aproximado da situação-limite de ter de lutar contra ela até o fim, quanto mais se adiarem as genuínas negociações. A realidade é que, em tal luta, é provável

que triunfe o poder tecnologicamente superior, a despeito das reivindicações morais ou da opinião mundial. A única possibilidade de obstrução realista a tal curso de ação repousa numa intervenção conjunta mais vigorosa dos Estados Unidos, da Comunidade Econômica Européia e da União Soviética, em termos políticos, econômicos e, em último caso, militares, tanto no Oriente Médio quanto na África do Sul, no sentido de forçar os dois Estados Etnicos à razão e ao bom senso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, H. e MOODLEY, K. 1986. *South Africa without apartheid*. Berkeley, University of California Press.
- BANTON, M. 1983. *Racial and ethnic competition*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CHAZAN, Naomi. 1988. "Israel and South Africa: some preliminary reflections". *New Outlook*, jun., 8.11.
- FEIN, Leonard. 1988. *Who are we?* Nova York, Harper.
- HARKABI, Y. 1988. *Israel's fateful hour*. Nova York, Harper & Row.
- HOROWITZ, D.L. 1986. *ethnic groups in conflict*. Berkeley, University of California Press.
- LIPPHART, A. 1977. *Democracy in plural societies*. New Haven, Yale.
- LUSTIK, Ian. 1987. "Israeli state-building in the West Bank and the Gaza Strip: theory and practice". *International Organization*, 41,1, inverno, p. 151-71.
- REX, J. e MASON, D. 1986. (orgs.). *Theories of race and ethnic relations*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SHAHAK, Israel. 1988. "Israeli apartheid and the Intifada". *Race and Classes*, 30 (1), p. 1-12.
- SHAMMAS, A. 1988. "The morning after". *The New York Review of Books*, 29.9.1988.
- SHTPLER, D.K. 1986. *Arab and Jew*, Harmondsworth, Penguin.
- SMOOHA, S. 1988. "Israel's options for handling the Palestinians in the West Bank and Gaza Strip", ms.
- STONE, John. 1973. *colonist or uitlander? A study of the British immigrant in South Africa*. Oxford, Clarendon Press.
- VAN DEN BERGHE, P.L. 1981. *The ethnic phenomenon*. Nova York, Elsevier.

SUMMARY

Comparing Israel and South Africa: prospects for conflict resolution in ethnic states

Israel and South Africa represent ethnic states. Unlike plural states with power-sharing arrangements, one group monopolizes the state as its sanctuary. From political and economic power to state

symbols and customs, exclusive control rests with a dominant ethnic group, which has defined the multi-ethnic state as its domain.

In both South Africa and Israel, this hegemony

has long been challenged by a second-class citizenry. However, Palestinians now aim at secession while partition is no option in South Africa. Economic interdependence and reliance on black labor limit Pretoria's coercion. The apartheid state is primarily vulnerable internally. Israel, on the other hand, remains vulnerable externally through loss of legitimacy and support from its diaspora. South Africa's relative

self-sufficiency allows her to ignore external pressures but not internal instability. Therefore, state responses differ: co-optive strategies in South Africa and exclusion in Israel.

These structural differences in two "settler-societies" also account for different resistance strategies by the PLO and African National Congress which are the focus of this analysis.

RÉSUMÉ

Une comparaison entre Israël et l'Afrique du Sud: perspectives de résolution de conflits au sein des états ethniques

Israël et l'Afrique du Sud constituent des états ethniques. Bien qu'il s'agisse d'états pluraux, pourvus d'institutions permettant le partage des pouvoirs, un groupe en particulier y monopolise l'état et en fait son sanctuaire. Ce groupe ethnique dominant, après avoir défini l'état multi-ethnique comme son domaine propre, en assume le contrôle exclusif à partir du pouvoir politique et économique qu'il a de décider sur les symboles et coutumes.

Aussi bien en Afrique du Sud qu'en Israël, cette hégémonie est depuis longtemps déifiée par l'existence de citoyens de seconde classe. Les palestiniens aspirent maintenant à une sécession avec partage du territoire, mais ce n'est pas le cas en Afrique du Sud. Le pouvoir de coercition de Pretoria est limité par l'in-

terdépendance économique et la confiabilité de la main d'œuvre noire. L'état basé sur l'apartheid est avant tout vulnérable sur le plan interne. Israël, par contre, demeure vulnérable sur le plan externe car il risque de perdre sa légitimité et l'appui de sa diaspora. La relative auto-suffisance de l'Afrique du Sud lui permet d'ignorer les pressions externes mais non l'instabilité interne. C'est pourquoi les stratégies de ces deux états sont différentes: tentatives de cooptation en Afrique du Sud et exclusion en Israël. Ces différences structurelles dans deux sociétés basées sur l'immigration expliquent aussi la différence entre les stratégies de résistance utilisées par l'OLP et par le Congrès National Africain. Cette analyse les focalise.